

ARTIGO

ANTIGAS E NOVAS DINÂMICAS DE PODER E TERRITÓRIO NO MÉDIO PURUS/AM

Resumo

Este trabalho é um breve recorte da tese de doutorado em andamento no programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas. Apresentamos algumas conclusões preliminares do trabalho de campo na região do médio Purus onde estamos realizando uma análise comparativa entre um passado recente e o momento atual observando as antigas e novas dinâmicas de poder e território no Médio Purus, no sul do Estado do Amazonas onde ainda predominam relações de dominação caracterizadas pelo “patronado”. Nesse contexto de Terras Indígenas e Unidades de Conservação identificamos um intenso conflito socioambiental envolvendo as figuras dos patrões, das associações de agricultores e dos povos indígenas com os agentes do estado. A pesquisa visa compreender algumas das facetas e os impactos sociais do longo e intenso processo de transformações nas relações de poder na região.

Palavras-Chave: Patrões; Conflitos; Sul do Amazonas; Povos Indígenas; Agricultores.

Abstract

This paper is a brief outline of the doctoral thesis in progress in the graduate program in Social Anthropology Federal University of Amazonas. We present some preliminary findings from field work in the middle Purus region where we are conducting a comparative analysis of the recent past and the present moment watching the old and new dynamics of power and territory in the Middle Purus in southern Amazonas state where still predominate relations of domination characterized by “patronage”. In this context of indigenous lands and protected areas identified an intense social and environmental conflict involving the figures of employers, associations of farmers and indigenous peoples with state agents. The research aims to understand some of the facets and the social impacts of long and intense process of transformation in the power relations in the region.

Keywords: *Employers; Conflicts; South of the Amazon; Indigenous peoples; Farmers.*

* Graduado e Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas, Especialista em Gestão Escolar pela Universidade do Estado do Amazonas, Mestre em Educação e Doutorando do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas. Email: willasdc@hotmail.com.

** Graduação e licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ). Mestrado e Doutorado em Antropologia no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ); Pós-Doutorado no Programa de Formação de Quadros Profissionais do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento/ PRODOC-CAPES) e no PPGAS- Museu Nacional/UFRJ.

Introdução

Nesse texto apresentamos, de forma sucinta, alguns fragmentos das primeiras impressões que resultam de dois anos de intenso trabalho de campo na região do médio Purus com o objetivo de recolher informações para a elaboração de nossa tese de doutoramento em andamento no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na Universidade Federal do Amazonas. No decorrer dos trabalhos, tornaram-se recorrentes comparações entre dois tempos: um passado associado ao período do domínio dos patrões e o tempo presente relacionado às experiências associativas e de maior presença do Estado na região do médio Purus. Parte substancial dos territórios da região teve seu estatuto territorial modificado desde as últimas décadas com a formação de um amplo mosaico de Terras Indígenas e Unidades de Conservação.

Nosso estudo visa compreender algumas das facetas e efeitos sociais deste longo processo de transformações nas relações de poder sobre populações e amplos territórios. O poder aqui não é percebido como uma coisa, mas, como um conjunto de relações. Ao invés de derivar de uma superioridade, o poder produz a assimetria produzindo continuamente instâncias de autoridade. No médio Purus existem diferentes formas de dominação que se revezaram e coexistiram no tempo e espaço produzindo uma dinâmica complexa de experiências e leituras da dominação no passado e no presente. As formas de poder que se constituíram na região percorreram um trajeto histórico que envolveu a chegada da empresa seringalista e se desenvolveu pelas transformações econômicas que se constituíram ao longo das últimas décadas em municípios como Lábrea, Tapauá, Canutama¹. Nas duas últimas sedes municipais realizou-se surveys e em Lábrea um trabalho de campo mais prolongado na sede municipal e diversas comunidades situadas no interior do município.



¹ Esses municípios fazem parte da zona 7 no mapa das sub-regiões do Estado do Amazonas.

O impulso para a ocupação da região do Vale do Purus deu-se a partir de 1822 com a vinda de mão de obra para os seringais², essa situação acarretou o aumento populacional significativo, sobretudo de pessoas oriundas de regiões do nordeste brasileiro³. Atualmente em municípios como Tapauá⁴ percebe-se um movimento intenso de migrantes deslocados da zona rural, outrora ocupada e formada pelos antigos seringais, para a sede municipal.

A presença de Terras Indígenas e Unidades de Conservação são responsáveis hoje pela ocupação de 90% do território do médio Purus sob gestão de entidades vinculadas à esfera Federal e Estadual. A presença e a função dessas instituições na região vêm tencionando as relações sociais e intensificando os conflitos socioambientais. Instituições como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, que estão na região como gestores de Unidades de Conservação, assumiram a função de reprimir drasticamente práticas de uso de recursos naturais por indígenas, pescadores e ribeirinhos.

Por outro lado, percebe-se que o longo domínio dos seringalistas na região resultou numa estrutura de dominação abrangente em torno de vários aspectos da sociedade, passando pela esfera econômica, política e social dos agentes mobilizados pelos seringais. O resultado desta estrutura produziu a negação e estigmatização da identidade indígena, assim como a permanência em vários castanheais da estrutura de aviamento, exploração e submissão à figura do patrão⁵ que afirma ser o proprietário da terra.

² Em relação a este período de ocupação do Purus Agnello Bittencourt comenta: “Os retirantes eram indivíduos torturados pela calamidade do estio, os quais se dirigiam aos rincões desta planície então ainda virgem, na sua maior longitude. Sofrendo tantas vezes a perda de entes extremosos, aniquiladas suas propriedades, roídos pela saudade da aldeia natal, maltrapilhos, famintos, mas resignados e corajosos, cearenses em sua maioria, afrontavam a distância, a imensidade da floresta, a correnteza do rio, os selvagens, as intempéries...” (BITTENCOURT, 1973, p. 17).

³ De acordo com o religioso Sebastião Ferrarini o processo de ocupação do Vale do Purus teve como seu primeiro residente o explorador Manuel Urbano Encarnação, juntamente com Manuel Nicolau de Melo. O povoamento, de modo mais intenso e organizado, o que não significa oficialmente amparado, dá-se com o português Antônio Rodrigues Pereira Labre em fins de 1871. Para aprofundamento da história de ocupação do Purus consultar “O Progresso e Desenvolvimento no Purus” de Sebastião Antonio Ferrarini.

⁴ O município de Tapauá foi criado em 1955 da Lei nº 96 de 19 de dezembro.

⁵ Patrão é uma categoria criada a partir da estrutura da exploração da borracha. Representa a figura do seringalista dono do seringal, de seus capatazes e gerentes de produção que eram os funcionários que permaneciam mais tempo nos seringais.

As estruturas que se formaram através do poder dos padrões da borracha, cujas atividades foram, em certa medida, convertidas ou transferidas a outros padrões de castanhais ou fazendas, traduziram-se em domínio do poder político na esfera pública dos municípios do Purus. Não raro, prefeitos e vereadores dos municípios da região revestem-se da figura do patrão, reproduzindo na administração pública as relações de poder e dominação vivenciadas no interior dos seringais e castanhais. A relação de controle e dominação se reproduz em diversos níveis, inclusive no espaço urbano desses municípios que se encontra simbolicamente marcado pelos padrões e coronéis da borracha que continuam dando seus nomes às ruas, praças e bairros das cidades. Não raro, prefeitos e vereadores são os mesmos padrões que promoveram massacres e expulsões dos povos indígenas de seus territórios.

Durante o survey inicial realizado nos três municípios, optamos por explorar mais detidamente o município de Lábrea por sua centralidade histórica e administrativa no contexto regional do médio Purus. A cidade possui peculiaridades que a tornam um espaço de conflitos de diversas naturezas em virtude do seu acesso pela rodovia Transamazônica, ainda que transitável apenas no verão, que representa a principal via de saída do Sul do Amazonas para o resto do país. A proximidade de Porto Velho, capital de Rondônia, torna essa cidade a principal referência para o acesso a serviços de saúde e a órgãos do Estado. Como cidade central da região, Lábrea concentra instituições públicas e privadas que atuam no médio Purus.

Com o término do período áureo da borracha, Lábrea sofreu com o grave declínio econômico que afetou profundamente a elite seringalista. Os milhares de seringueiros que habitavam áreas dos seringais foram forçados a se reorganizarem econômica e espacialmente, passando a sobreviver através de plantio de roçados, do extrativismo e da pesca, disputando espaços territoriais e recursos naturais com os povos indígenas da região. Entretanto, muitos milhares de seringueiros não puderam permanecer no interior dos seringais por causa das dificuldades de sobrevivência. Deslocados do interior da floresta, buscaram novos espaços que facilitassem a sobrevivência, comunicação e transporte às margens do rio. Na década de oitenta a retirada da madeira tornou-se uma importante fonte lucrativa e de renda para “herdeiros”, novos donos/rendeiros de seringais que transformou Lábrea num centro de exploração madeireira controlado pelos mesmos padrões que atuavam nos seringais. A nova atividade econômica altamente nociva à floresta ganhou o reforço

de comerciantes da madeira vindos especialmente do sul do Brasil para exploração da madeira que representa rápido enriquecimento através da exploração da mão de obra de indígenas e ribeirinhos das margens do rio Purus. A economia da madeira reproduz no mesmo sistema de exploração que surgiu no período da borracha e vêem atravessando o tempo: o aviamento. Segundo Menezes (2011, p. 133),

Para além do conflito, o sistema do seringal produziu também um padrão de relação social caracterizado pelo aviamento, onde o seringueiro recebe mercadorias do barracão, percentente ao padrão, saldando as dívidas contraídas com borracha ou outros produtos de valor extraído da floresta como castanha, por exemplo: a rigidez do sistema de aviamento pelo uso da violência e ameaça de expulsão obedecia à lógica dos preços do mercado internacional, ou seja, quanto mais alto os preços da borracha, menor margem de manobra de negociação tinha o seringueiro que era constringido a vender a borracha somente para seu patrão em condições por ele determinadas. Em geral, o sistema de aviamento era pouco monetarizado, caracterizado pelo endividamento permanente em função dos preços extorsivos das mercadorias negociadas em troca da produção de borracha e como pouca abertura para concorrência de outros comerciantes ou regatões, os quais poderiam ter sua atividade restringida, controlada ou impedida pelos seringalistas. É possível afirmar que residia no controle estrito do fluxo de trocas um eixo central deste processo de dominação, porém este sistema era também legitimado pela dominação tradicional manifesta na pessoalidade das relações (WEBER, 1964) e expressa na centralidade das relações diádicas (FOSTER, 1961), de compadrio e na ajuda emergencial aos “clientes”. O poder do patrão respaldava-se na assunção por este da posição-chave de mediador entre o isolamento do seringal e o acesso aos serviços essenciais acessíveis nos núcleos urbanos. Ao reiterar quotidianamente esta função diante de seus clientes, era-lhe imputado o título do “bom patrão”, reproduzindo-se a crença na legitimidade ao sistema.

Enquanto forma ou sistema de exploração, o aviamento tornou-se um mecanismo eficiente no processo de dominação social. A falta de condições econômicas aliadas aos problemas estruturais de saúde, educação, falta de atividade trabalhista facilitaram a consolidação desse sistema de dominação na região do Médio Purus.

A partir dos anos de 1990 o sul da Amazônia passou por um período de rápidas transformações em termos de ações governamentais dirigidas à redução do desmatamento ocasionado pela o avanço da fronteira agrícola e a implementação de projetos desenvolvimentistas. Em meio aos conflitos resultantes desses novos processos, aumentam as lutas pela demarcação de Terras Indígenas e a criação de novas modalidades de Unidades de Conservação como as Reservas Extrativistas - RESEX e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável - RDS. Esse novo cenário intensificou, desde então, os conflitos socioambientais que,

Desde a década de noventa vem se delineando na região a marcante presença de dois vetores de redefinição do perfil político-territorial da região, manifestos, por um lado, na forte presença do socioambientalismo, expresso na difusão de ONGs e na explosão de territorialidades legitimadas seja pela presença e mobilização de povos e práticas tradicionais. Por outro lado, percebe-se o avanço da fronteira do desmatamento, expresso na dinamização de empreendimentos agropecuários e hidrelétricos e que se inscrevem nas novas estratégias empresariais articuladas para tornar a região do Purus uma faixa de produção de commodities como pecuária, grão, madeira e energia. (MENEZES, 2011: p. 131).

Percebe-se um aumento considerável de investimentos do capital privado no médio Purus transformando as antigas formas de gestão territorial baseadas na posse e uso coletivo da floresta em propriedades privadas baseadas na patronagem e no aviamento com novas formas de gestão e vigilância territorial participativas, bastante diversas das anteriores.

Patronagem e Estado na Amazônia

O Médio Purus se constituiu ao longo desta situação como lugar de fraca presença do Estado até a década de noventa. A economia seringalista era o vetor de orientação de outras esferas da vida e o patrão tornou-se “coronel”, normatizando e ditando o modo de vida dos seringueiros tendo por base o sistema do aviamento que determinava um modelo clássico de controle e dominação.

O sistema de patronagem é um elemento discutido a exaustão nas diversas interpretações do Brasil, constituindo um dos problemas centrais da estrutura social patriarcal, herança da colonização, e as instituições liberal-democráticas, alimentando um intenso e persistente debate em torno da formação social⁶ do Brasil nos moldes ocidentais. Nessa perspectiva, a patronagem representa a continuidade do modelo colonialista reproduzido nas relações de poder e dominação territorial. Conforme assinala Cunha (2006, p. 227), trata-se de um fenômeno secular do clientelismo e, posteriormente do patrimonialismo que, segundo Vianna (1999, pp.35) seria “um sistema político de cooptação sobreposto ao de representação, uma sociedade es-

⁶ Para Alonso (1997), textos referenciais no debate sobre a formação social brasileira seriam: Casa-grande & senzala: Formação da família patriarcal brasileira (1933), de Gilberto Freyre; Formação do Brasil contemporâneo (1942), de Caio Prado Jr.; Formação histórica de São Paulo (De comunidade a metrópole) (1954), de Richard Morse; Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro (1957), de Raymundo Faoro; Formação econômica do Brasil (1958), de Celso Furtado; A formação do federalismo no Brasil (1961), de Oliveira Torres; Formação histórica do Brasil (1962), de Nelson Werneck Sodré; Formação política do Brasil (1967), de Paula Beiguelman.

tamental igualmente sobreposta à estrutura de classes, o primado do Direito Administrativo sobre o Direito Civil, a forma de domínio patrimonial-burocrática e o indivíduo como um ser desprovido de iniciativa e sem direitos diante do Estado”.

Os coronéis e patrões mantiveram, por muito tempo, o controle das relações econômicas na Amazônia estendendo as relações de dominação e controle também para as esferas políticas através da estratégia do voto de cabresto expressa através do poder de ordenar e direcionar os votos dos seringueiros. Como declínio da economia gomífera e a estagnação dos seringais a propriedade privada veio tomando conta de regiões inteiras como ocorre no médio Purus num processo de reorganização territorial no qual a representação política através dos governos municipais apenas atendia aos interesses daqueles que possuíam prestígio junto aos políticos locais que, na maioria dos casos, representavam os interesses dos antigos seringalistas, adequando-se, portanto a premissa de que o espaço político é um espaço pré-construído. É curioso notar que, apesar da decadência da borracha, os dados sobre sucessão do poder municipal indicam a manutenção dos patrões em todas as esferas da política numa relação de barganha de votos por favores.

Em meio a esse cenário de tensão, encontram-se algumas instituições que promovem a permanente mobilização social dos grupos mais prejudicados pela iniciativa privada. De maneira especial algumas instituições como o Conselho Indigenista Missionário - CIMI, a Comissão Pastoral da Terra - CPT e o Conselho Nacional de Seringueiros CNS, todos vinculados à Igreja Católica, contribuem para manter os grupos organizados através de associações, sindicatos, cooperativas na luta pela questão territorial e contra o avanço da fronteira agrícola com seu capital privado que ameaça os grupos em seus territórios. Por outro lado, percebe-se uma tensão também entre as instituições. De um lado, aquelas mais tradicionais ligadas à presença da Igreja católica na região. De outro lado, as instituições vinculadas ao poder público, financiadas pelos governos estaduais e federais, dentre as quais destacam-se o ICMBio e a Fundação Nacional do Índio - FUNAI que representam os interesses do governo nos territórios em questão⁷. Segundo Menezes (2001, p. 131),

Em Lábrea, a ênfase na proteção aos povos tradicionais manifesta na difusão de terras indígenas vinha provocando embates entre pescadores e indígenas em função da interdição em locais tradicionais de pesca que recentemente se tornaram terras indígenas. ‘Segundo índios Paumaris, por exemplo, frotas pesqueiras de Lábrea, Manacapuru, Boca do Acre e

⁷ Num levantamento superficial identificamos diversas instituições que atuam no município. Além das supracitadas, identificamos muitas outras que atuam apoiando comunidades, organizações e associações formadas por povos tradicionais tais como o GTA (Grupo de Trabalho Amazônico), IEB (Instituto Internacional de Educação do Brasil) e OPAN (Operação Amazônia Nativa).

Manaus, em busca de cardumes de tambaquis, invadiam freqüentemente suas áreas. Muitos grupos indígenas vinham reagindo com a expulsão, apreensão de equipamentos de pescadores, práticas que eventualmente resultam em conflitos armados. (MENEZES, 2011).

Nessa perspectiva, percebe-se que os conflitos socioambientais vão muito além da disputa pelos territórios abrangendo as relações econômicas e políticas na região. Nesse sentido, acredita-se que a crise da economia seringalista e o posterior processo de criação de novos estatutos territoriais no médio Purus como Terras Indígenas e Unidades de conservação, produzem uma inflexão nas formas prévias de gestão territorial e política, cuja dominação estariam alicerçadas na dívida, compadrio e formas variadas de violência física e simbólica. A formação de um novo mosaico territorial na região e o crescente controle pelo Estado de áreas de rígido domínio privado estaria produzindo novas formas de dominação fundadas na racionalização do uso de recursos naturais com base na ideia de sustentabilidade e vigilância ambiental e territorial.

Como foi salientado, o foco da pesquisa é o município de Lábrea pela concentração de Terras Indígenas, Unidades de Conservação, conflitos socioambientais e iniciativas de promoção de instrumentos de gestão e vigilância territorial. Na primeira fase da pesquisa de campo identificamos que o processo de reivindicação de territorialidades verificadas a partir da década de 1990 não seria possível sem a presença de mediadores que ora informam da existência dos novos estatutos e ora agenciam a demanda por capacitação para gestão administrativa e financeira das diversas associações criadas na região. De acordo com Menezes (2011), devido à grande quantidade de novos territórios e demandas por criação, expansão, controle e gestão, observa-se um vasto conjunto de organizações devotadas a assessoria para a gestão de projetos, sobretudo nas Terras Indígenas.

A formalização ou oficialização das diversas formas de associativismo tem se apresentado como uma imposição para o reconhecimento jurídico de instâncias coletivas de tomada de decisão, etapa imprescindível para a gestão de projetos e políticas públicas por parte destas organizações. Com relação aos Povos Indígenas, nos últimos vinte anos houve um grande avanço quantitativo das organizações e formas de associativismo resultantes, em parte, da apropriação e de práticas aprendidas no contato com os parceiros não-governamentais. Segundo Silva (2002), as organizações indígenas, e poderíamos acrescentar também as associações de outros povos tradicionais, visam a constituir um instrumento de representação política para a reivindicação de direitos territoriais e serviços de assistência (saúde e educação)

e a necessidade de instrumento para buscar recursos para o desenvolvimento de projetos de apoio à produção, geração de renda, recuperação de áreas degradadas, dentre outros.

Por outro lado, percebe-se que a experiência de gestão nem sempre é positiva para as organizações. Em Lábrea, a Organização dos Povos indígenas do Médio Purus (OPIMP), fundada em 1995, assumiu em 1999 a gestão do Distrito Sanitário Especial Indígena - DSEI/Médio Purus, vinculado à Fundação Nacional de Saúde - Funasa, e é um exemplo da ocupação dos espaços de decisão por parte das organizações indígenas. Segundo Franco (2009), tais experiências indicam a “superação da imagem do índio como freguês do patrão”, visto que este passou a “ocupar o posto de comprador e empregador, assinando anualmente convênios nas cifras de um a dois milhões de reais”.

Entretanto, devido a problemas de gestão de recursos relacionados à falta de experiência dos indígenas na organização burocrática e do compromisso do Estado em contribuir com apoio técnico, político e administrativo, a OPIMP endividou-se e sofreu múltiplas condenações na justiça trabalhista. Desde 2005 a organização estava paralisada por este impasse e acometida por crescente desgaste político que resultou na sua extinção. Em maio de 2010, o movimento indígena reagiu a esta situação, reunindo-se em assembléia e fundando a Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (FOCIMP) tendo como premissa o diagnóstico e planejamento para a gestão territorial das Terras Indígenas do médio Purus.

Considerações Finais

Refletir sobre a constituição e os efeitos sociais de processos de patronagem, formas estatais e associativas implica uma dada abordagem do poder. A opção teórica foi buscar compreender a categoria poder como datada e apoiada em estratégias de dominação específicas, ou seja, o poder se encontra adjetivado por uma época. Segundo Foucault (2005), “o poder não é uma instituição, uma estrutura, uma lei universal: é o nome dado a uma situação estratégica complexa, em uma situação determinada”. Dessa forma, pensar o poder e os processos de dominação no Médio Purus exige situar o processo colonial que vem se reproduzindo nas mais diversas formas de organização social pré-existentes constituindo um discurso e uma forma de gerir uma estrutura de dominação, bem como as configurações históricas que emergiram com a crise deste modelo.

A tensão entre os diversos grupos e os fazendeiros, novos padrões atuais, resultam em intensos conflitos socioambientais que ultrapassam as perspectivas essencialistas da simultaneidade de tempos e espaços mediados pelas fronteiras territoriais. As fronteiras, nessa perspectiva, dão lugar às transformações simultâneas do território onde as distâncias culturais se estreitam e as diferenças passam por um processo de reelaboração.

A fronteira passa a ser também o divisor de águas determinante para a construção de novas relações que extrapolam as próprias linhas geopolíticas e estendem-se por outras regiões. Para as populações tradicionais do Médio Purus, as fronteiras geopolíticas e os limites geográficos são abstratos e complexos e estão relacionados com a construção da ideia de território ou territorialidade (HAESBAERT, 2004) que, via de regra, transcende às fronteiras geopolíticas institucionalizadas. Alhures, propomos romper com o tradicional enfoque geopolítico que trata relações de poder e espaço geográfico na Amazônia como processo sem sujeito ou dirigidos por entidades abstratas como o Estado, as organizações o internacionalismo, os movimentos sociais, cujas ações se explicariam por suas vinculações aos interesses econômicos, soberania ou controle territorial.

Por fim, nossa pesquisa aponta a existência de um processo diverso e pouco estudado de redefinição de fronteiras e novas formas de gerir-se desenhando nos últimos anos na Amazônia. Um processo que se desenhou, em grande medida, pelas forças de pressão e reação de diversos agentes atuando nos centros de tomada de decisão do Estado e no interior dos diversos formatos de organização local. Nesse sentido, rompe-se com o paradigma da sujeição dos povos indígenas guiados pelo clientelismo e assistencialismo. Esses novos processos de organização e participação vêm resultando em intensos conflitos socioambientais necessários para as mudanças e transformações dos modelos de gestão territorial. Dessa forma, percebe-se importantes rupturas com a visão naturalizada dos povos da Amazônia como povos aniquilados sob a opressão dos padrões. Percebe-se que a figura do patrão permanece na região, porém, não com a intensidade e representatividade de outrora.

Percebe-se ainda que, de modo geral, os conflitos encontram-se relacionados com questões muito complexas e de difícil resolução como a questão da posse da terra, do direito de propriedade e da proteção dos recursos. Na raiz dos conflitos, encontramos a disputa de grupos que representam interesses antagônicos. De um lado, encontram-se os grupos que insistem na permanência de um modo de vida baseado na relação de interação e interdependência com a floresta e seus recursos assumindo uma atitude de permanente defesa e proteção dos meios de sobrevivência. Do outro

lado, estão os grupos formados pelos interesses econômicos ou os grandes investidores que estabelecem uma relação de apropriação dos recursos naturais baseada nos valores da economia capitalista. Ou seja, trata-se de um conflito de paradigmas antagônicos.

Observamos também que as diversas formas de organização social, tais como a participação nos movimentos socioambientais, na comissão pastoral da terra, no movimento indígena, nas redes de agricultores tradicionais e muitas outras formas de associativismo e engajamento político, tem se apresentado como alternativa de superação das relações de poder e dominação baseada na figura do patrão. De modo geral, percebemos que todas as formas de participação promovem o fortalecimento dos grupos que, aos poucos vão ocupando espaços de tomada de decisão e demonstrando sua capacidade intervenção e transformação. Entretanto, a participação nos referidos espaços de engajamento social e político, também pode representar o acirramento do conflito socioambiental. Isso ocorre porque os povos indígenas e ribeirinhos cada vez mais estudam e conhecem seus direitos e passa a acionar a lei em favor de seus legítimos interesses. Isso representa uma ameaça aos agentes de dominação não acostumados a lidar com resistências e oposições.

Nota-se que indígenas, ribeirinhos, extrativistas, jovens, grupos de mulheres, ONGs, camponeses, integrantes do Ministério Público Federal, pesquisadores(as) e muitos outros segmentos sociais têm oferecido renhida oposição aos projetos desenvolvimentistas e a tudo o que é associado a eles: degradação ambiental, concentração fundiária e expansão dos bolsões de pobreza, entre outros problemas.

Por fim, as diversas formas de resistência representadas nas mais diversificadas formas de participação resultam em tensões e conflitos e abre precedentes para relativizar os discursos anti-indigenistas que acusam os povos indígenas e as populações tradicionais da Amazônia de representarem um entrave para o avanço do progresso defendido pela iniciativa privada e pelo patronado. Para os povos indígenas e ribeirinhos, ou camponeses da Amazônia, o progresso significa a garantia da sobrevivência em condições plenas e o alcance de uma convivência baseada numa relação de respeito e interdependência com a natureza sem prejuízos para nenhuma das partes. Já para os patrões e capitalistas, o progresso significa tão somente o avanço da economia, a dominação e o controle da exploração comercial dos recursos naturais. Esses antagonismos indicam que os conflitos tendem a acirrar-se porque as partes envolvidas não abrem mão de seus valores e interesses.

Recebido em outubro de 2014, aprovado em dezembro de 2014.

Referências Bibliográficas

BITTENCOURT, Agnello. Dicionário Amazonense de Biografias. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

CUNHA, Alexandre Mendes. Patronagem, clientelismo e redes clientelares: a aparente duração alargada de um mesmo conceito na história política brasileira. Franca: Revista de História, v. 25, n. 1, 2006

FRANCO, Marcelo Horta M. 2009. Subsistema de saúde indígena e o desmonte das organizações indígenas no Sul do Amazonas. In: <http://nosuldoamazonas.blogspot.com/>

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. São Paulo: 2005

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MENEZES, Thereza. Dois destinos para o Purus: Desenvolvimentismo, socioambientalismo e emergência dos povos tradicionais no sul do Amazonas. In: Mendes dos Santos, G.. (Org). Álbum Purus. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011, v. p. 131-152.

MENEZES, Thereza; BRUNO, A. C. Territórios indígenas na escola: língua e mobilização social no Sul do Amazonas. SURES, v. 3, p. 1-15, 2014.

OLIVEIRA VIANA, Francisco José de. Instituições políticas brasileiras. Rio de Janeiro: Itatiaia/Edusp/ Eduff, 1987.

SILVA, Márcio Ferreira. Antropologia e Movimento Indígena na Amazônia Brasileira. Comunicação apresentada no IX Congresso de Antropologia, Federacion de Asociaciones de Antropologia de Estado Espanol, Barcelona, 2002.

VIANNA, Luiz Weneck. Weber e interpretação do Brasil. São Paulo: Novos Estudos CE-BRAP, (53), 1999.